

TRANSCRIÇÃO

UM CAPÍTULO DE HISTÓRIA ECONÔMICA
DO SUL BRASILEIRO

Aluísio de Almeida

A época do ano em que se realizavam as feiras de Sorocaba foi sempre no primeiro semestre, com pequena variação entre fevereiro e junho, como pontos extremos.

Ultimamente, no esplendor e na decadência, “rebentavam” elas nos derradeiros dias de março e terminavam antes de junho.

Mas as primeiras principiaram em fevereiro e foram até janeiro. Passado o inverno, com as geadas no pampa, vinham com agosto as queimadas e, depois, reverdeciam os campos, cujas gramíneas iam os animais tosando na longa jornada. E, assim, ao findar o ano e começar o novo, estavam em Itararé. Daí para Sorocaba as internadas se multiplicavam. E o gado ia engordando à medida que se aproximava da feira.

Como os primeiros negócios estivessem para começar, amontoavam-se as tropas já desde os arredores de Sorocaba até Campo Largo, numa área de cinco a dez léguas, no máximo, de quadra. A aglomeração de animais era tamanha que nada ficava da selva, havendo-se devastação completa. Compreende-se, pois, porque as tropas de muares atingiram em vários anos 300.000 cabeças.

A década 1826/1835, que precede a Revolução dos Farrapos, nos fornece bases bem sólidas para uma estatística. De antemão, note-se que não só nos dois meses de feiras passavam animais pelo Registro de Sorocaba, mas, excetuado o período mais forte do inverno, continuavam a transitar as tropas e boiadas por alguns meses e em grande quantidade. E pagavam impostos também os viajantes comuns por suas montarias, e até o marchante que dentro do município tangesse o seu pequeno gado.

Os livros existentes no Arquivo Público do Estado são uma verdadeira selva espessa, reunião dos arquivos de todos os registros e barreiras da Província, em ordem perfeita, desde os primeiros anos da Independência até 1892, ano da extinção dessas repartições. Se cada página menciona os nomes dos tropeiros, o número dos animais e a data em que passaram, compreende-se o imenso trabalho material reservado ao que quisesse fazer a soma completa de todas as parcelas, por exemplo,

apenas na repartição de Sorocaba. Seria talvez demasiado encarecer a importância dos pobres muare... Afinal de contas, o que vale neste caso é o número de milhares, podendo desprezar-se centenas e unidades.

Várias vezes, graças à gentileza de Lelis Vieira e Paulino de Almeida e seus dedicados auxiliares do Arquivo Público do Estado, lá estivemos no meio daquele acervo de números, sem saber por onde começar. São trabalhos penosos, não há dúvida, mas as conclusões e os pontos de vista gerais dependem desses pormenores. Agora que o espírito clarividente de Abner Mourão nos permite trazer a público o resultado dessas pesquisas é como se uma nova luz brilhasse a mostrar-nos o caminho, encorajando-nos. Benevolíssimo como sempre, e nada avaro de seus tesouros de ciência histórica, A. de E. Taunay vai-nos indicando rumos, pistas a seguir, fontes a procurar, enfim, torna-se possível um estudo menos incompleto desse grande capítulo de história econômica do sul do Brasil, quem sabe se inspiração para outros, mais aquinhoados da sorte, tentarem um dia obra acabada.

Íamos, pois, dizendo que a década precedente à Revolução de Piratinim pode fornecer uma estatística menos imperfeita do movimento comercial de animais do sul, passando pela feira de Sorocaba. Tivemos em mãos dois livros do Registro referentes ao “novo imposto” de animais.

As palavras “novo imposto” têm uma história. Após o famoso terremoto de Lisboa, de 1º de novembro de 1755, escreveu El-Rei (e pensou o Marquês de Pombal) uma carta a seus súditos americanos, pedindo-lhes um donativo para a reconstrução da metrópole arrasada. Em todo o país tomaram-se as medidas para mais essa empresa.

São Paulo estava pobre. Haviam-no despojado sucessivamente de Minas, Mato Grosso e Goiás. Obedecendo à sua vocação histórica, dera tudo de si para o Brasil. Os paulistas começavam, então, a olhar para os campos do sul, único ponto de onde podia vir a salvação, visto como a pecuária é mais fixa e duradoura do que as minas. Pois os oficiais da Câmara paulistana, ouvindo estarecidos a leitura da carta régia na presença do Ouvidor, em junho de 1756, decretaram vários impostos pelo tempo de dez anos para satisfazerem a El-Rei.

Entre os taxados, figuravam logo os criadores e tropeiros. Não podia entrar na cidade de São Paulo nem passar para qualquer das Minas nenhuma quantidade de gado vacum, cavalari e muar trazido do sul, sem pagar em Sorocaba uma taxa de 100 réis por cabeça de gado, 200 réis por cabeça de cavalo e 320 réis por cabeça de muar. Ficou esse chamado

“novo imposto” sempre novo até 1892 ! Caiu a monarquia dos Braganças e só então os legisladores republicanos aboliram essa excrescência. O mais interessante é que evoluiu o valor da moeda: 320 réis que, em 1756, eram alguma coisa passaram a ser uma ninharia, mas a letra da lei paulistana se manteve inflexível.

Havia outros infinitos ou intermináveis impostos, mas isso é história mais longa. Compreendemos também o mecanismo simples da contagem dos animais, lembrando-nos que o Registro era na parte do rio Sorocaba onde havia um edifício achapado para os representantes do fisco e, na cabeça da ponte, um portão dava passagem a cada cabeça de gado. A rua do lado oposto ficou chamando da Contagem, com saída para São Paulo. As outras, por onde chegavam as tropas, chamaram-se da Ponte e da Passagem das Tropas.

Voltemos, agora, aos nossos dois livros de 1826/1835. Eis os primeiros assentos: “Janeiro. Aos cinco passou Bernardo, escravo da viúva Gavião, com duas bestas e dois cavalos, de que pagou o competente imposto, 1\$040”. “Aos cinco passou o alferes João Nepomuceno Sousa, com uma rês de que pagou o competente imposto, \$100”. “Aos doze passou Manuel José dos Santos, com noventa e duas bestas de que pagou o competente imposto, 29\$440”.

Temos aí três casos típicos. Bernardo é escravo da conhecida viúva Gavião, casa que, além de girar em São Paulo como fornecedora de tropeiros, tinha fazenda em Itararé. O escravo, homônimo de um menino que seria grande político, Bernardo Pinto Gavião Peixoto, ia levando para uso da família os quatro animais. Mas pagou a passagem. O alferes João Nepomuceno de Sousa, tronco de nobre família sorocabana, tinha o seu solar na então vila, à Rua das Flores, e a sua chácara na Boa Vista. Era também negociante de animais. No momento, porém, apenas fazia transportar uma vaca da vila para a chácara. Enfim, Manuel José dos Santos é o tropeiro profissional, conduzindo bestas chucras para negócio no centro do país.

Um último tipo de viajante é o capitão Tomás Delboux, que passou com três cavalos, em serviço público e, pois, não pagou direitos. A estrada do sul conheceu cerca de setenta anos a fio, até a independência do Uruguai, a passagem inesgotável dos voluntários paulistas.

Os números vão elucidar alguns pontos. Antes de tudo, o grosso do comércio de animais em 1826 foi no primeiro trimestre, que rendeu três contos de réis, arredondados, sendo a metade dessa importância para o mês de fevereiro. O segundo trimestre baixou para 700\$000. O terceiro, no coração do inverno, atingiu 100\$000, sendo que agosto e setembro renderam apenas 30\$000. O último trimestre alcançou dois contos de réis, sendo dezembro o melhor mês. Logo, a feira iniciou-se

em dezembro, atingindo o ponto mais alto em fevereiro, acabou em março. Em agosto partiam dos pampas os tropeiros para Sorocaba; de volta, saíam em março. Na vinda, sofriam as grandes chuvas de verão em São Paulo; tanto eles como seus animais, a confirmar a alta conta em que os teve, entre outros, Eschwege, não se incomodavam com as chuvas torrenciais. Na volta, alcançavam os primeiros rigores do inverno sulino, com os ventos cortantes, as neves e geadas, mas não tangiam as bestas, mas recomeçavam a correr as estâncias a comprar novos lotes.

É diminuto o número de boiadas que transitaram por Sorocaba em 1826/1835. Parte das tropas, cerca de 5% no máximo, eram cavalos de Curitiba e Guarapuava. E, numa síntese final, bem próxima da verdade, embora não com precisão matemática, vieram por Sorocaba para o Brasil central, do Rio Grande do Sul e do Uruguai em 1826, vinte mil bestas muares.

É a lição dos documentos, sem os quais não há história.

(O Estado de S. Paulo, 29 de dezembro de 1941.)

* *
*